

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS NEOLIBERAIS: A REPOSIÇÃO DO DUALISMO EDUCACIONAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA¹

Márcia Gardênia Lustosa Pires²

Universidade Federal do Ceará – gardenialustosa@yahoo.com.br

Tânia Serra Azul Machado Bezerra³

Universidade Federal do Ceará – tanciasamb@yahoo.com.br

Enéas Arrais Neto⁴

Universidade Federal do Ceará – eneas_arrais@hotmail.com

Elenilce Gomes de Oliveira⁵

Centro Federal de Educação Tecnológica – elengomes@bol.com.br

Antônia de Abreu Sousa⁶

Centro Federal de Educação Tecnológica – antonia@cefetce.br

Introdução

Este ensaio traz uma discussão inicial sobre a educação e sua vinculação com alguns aspectos políticos e econômicos da sociedade contemporânea, notadamente, com as políticas educacionais que se evidenciam a partir das teses neoliberais. Assim, objetivamos instigar uma reflexão sobre o papel que a educação assume nesse momento histórico e sobre as exigências de elevação do nível de escolarização, bastante relevantes no atual estágio de acumulação de capital. Como enfatiza Gohn (2002:95) “a educação ganha importância na nova conjuntura da era da globalização, porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação”.

Nesse sentido, articulando-se com o pensamento de Frigotto (2003) pode-se afirmar que a sociedade atual passa por “uma crise mais geral do processo civilizatório, materializada de um lado pelo colapso do socialismo real e, de outro lado pelo esgotamento do mais longo e bem sucedido período de acumulação capitalista” (Idem, p. 59). Antunes (2003), por sua vez, adverte que o capitalismo em resposta a sua própria crise iniciou:

(...) um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher – Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vista a dotar do capital do instrumental necessário para

tentar repor os patamares de expansão anteriores (p. 31).

Pode-se identificar, em consonância com o pensamento de Silva (1994:12), “o papel estratégico que tem a educação no projeto neoliberal”. Evidencia-se um projeto que procura, entre outros aspectos, atrelar a educação aos objetivos de preparação para o mercado de trabalho. Nesse ínterim, o âmbito educacional passa a ser vinculado a um ideal de formação para o trabalho.

Em continuidade a análise das transformações enfrentadas pela sociedade contemporânea, percebe-se que a educação no Brasil e em grande parte do mundo mantém vínculo direto com as relações econômicas determinantes da atual fase de reprodução do capital. As transformações ocorridas nas últimas décadas, decorrentes em grande parte, pelo esgotamento do modelo fordista de produção e regulação social e pelo avanço tecnológico, posicionam a educação como um mecanismo para a ascensão social. Como acentua Cláudia Mattos Kober (2004):

Poucas idéias têm hoje a força consensual daquela que vincula educação, emprego e desenvolvimento. A saber, o investimento em educação geraria retornos, em termos de produtividade para as empresas, de conseqüente desenvolvimento econômico e bem-estar social para o país e de aumento de renda e possibilidade de inserção social para o indivíduo(p.7).

O fator básico de desequilíbrio social, o desemprego estrutural⁷, se alastra corroendo a classe trabalhadora e passa a depositar na educação a responsabilidade de solução para a empregabilidade. É exigido o aumento da qualificação, passando pela educação básica do profissional. Isso tudo no intuito de atender a um perfil que vai demandar um “novo trabalhador” que deve ser apto a lidar com as novas demandas do mundo do trabalho e dos avanços tecnológicos.

Cabe destacar, nesse contexto de análise à realidade educacional brasileira, que o acesso ao saber é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Nº 9394/96. Todavia, apesar de constituir significativo avanço sob o aspecto histórico, a educação não tem se mostrado comprometida com o desenvolvimento pleno da intelectualidade dos sujeitos. O que se expressa é uma política de ensino que privilegia o atendimento imediato aos interesses do mercado. Conforme mencionado nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, Ensino Médio:

(...) o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a coincidir com o que se espera na esfera da produção. O novo paradigma emana da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessárias a inserção no processo produtivo” (Brasil, 1999).

A exemplo disso pode ser citada ainda a experiência recente da gradativa substituição das instituições técnicas de ensino médio e profissionalizante pelos Centros Federais Tecnológicos – CEFETs⁸, a partir da implementação da Lei 8948/94, como a concretização desse processo.

Assim, considerando os dispositivos legais que normalizam a educação – Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, PCNs, dentre outros mecanismos que legitimam o processo educacional na contemporaneidade, pode-se questionar: que perfil de política pública de educação se expressa na sociedade contemporânea? A que interesses atendem os modelos de educação implementados na sociedade atual?

Importa enfatizar que as leis, diante do contexto neoliberal, parecem expressar uma intencionalidade de estimular uma educação desvinculada da formação integral dos indivíduos, quando claramente legitima a separação entre o intelectual e o operacional. Tal fato pode ser observado a partir do Decreto Lei 2208/97, que impõe a reforma da educação profissional, extinguindo o ensino médio integrado ao técnico. Pode-se perceber que essa reforma parece contribuir para a perpetuação de um processo histórico, cada vez mais freqüente, de rebaixamento da educação dos trabalhadores. Torna-se assim necessário, repensar as propostas que acabam por repor o dualismo estrutural da educação, como uma marca indelével no capitalismo.

Portanto, pensar as Políticas Educacionais conduz a uma reflexão acerca dos desafios existentes na forma de organização social historicamente construída em nossa sociedade, na qual a educação que se apresenta é resultado de uma construção secularizada e burguesa, que reflete o atendimento as demandas da sociedade capitalista.

Em Tempos Neoliberais

Nesse segundo momento é relevante uma abordagem histórica e conceitual acerca das “teses” neoliberais implementadas no Ocidente, no intuito de perceber sua origem e

os fatores que as tornam importantes à hegemonia capitalista. Para tanto, a partir da contribuição teórica de Karl Marx, Adair Ângelo Dalarosa, Perry Anderson, entre outros, primeiramente voltemos ao liberalismo, isso porque, neo significa novo, então antes de adentrar ao recente voltemos ao antigo conceito político-econômico baseado na liberdade das relações financeiras em detrimento da restrição estatal:

O liberalismo é uma filosofia política que defende os princípios do modo de produção capitalista e se fundamenta na liberdade individual, na propriedade privada dos meios de produção e na liberdade de ação do capital em relação ao trabalho e ao Estado. (DALAROSA, 2001, p.198)

Essa teoria econômica, de acordo com a explicitação de Dalarosa, originou-se na história moderna, constituindo-se como uma superação ao mercantilismo – modelo capitalista inicial de reação ao feudalismo – o qual baseava-se na incontestável intervenção do Estado na economia. O liberalismo teve como importante teórico o economista escocês Adam Smith, contemporâneo da Primeira Revolução Industrial e da conseqüente ascensão da burguesia inglesa, este defendia a idéia de que os vínculos econômicos e sociais deveriam acontecer sob a “mão invisível do mercado”. O pensamento liberal baseava-se no culto ao individualismo e depositava nas relações comerciais, o bem-estar social defendendo que a economia deveria ser regida pela livre concorrência e, o Estado por sua vez, assumiria o papel de escudo dos interesses da mais nova fase de expansão do capital: “A bandeira do liberalismo clássico erguia-se apoiada no mastro do laissez-faire e do laissez-passer (“deixe fazer, deixe passar”)” (DALAROSA, 2001, p.198).

Desse modo, diante do aprimoramento das forças produtivas, tendo-se a eclosão do capitalismo industrial o liberalismo econômico instalou-se como suporte para a ideologia da classe dominante: a burguesia industrial e comercial. O princípio do individualismo ganhou nova roupagem, foi trocado por liberdade, o Estado foi isento de responsabilidades sociais em nome das disputas mercadológicas (livre concorrência) e para a classe trabalhadora mais uma vez restou a pior parte do produto, denunciava Marx (2004) nos manuscritos econômico-filosóficos, onde este concentra seu pensamento filosófico “na crítica da economia política de Adam Smith:

Esses interesses (econômicos) livremente abandonados a eles próprios...devem necessariamente en-

trar em conflito; eles não têm outro árbitro que não a guerra, e as decisões da guerra dão a uns a derrota e a morte, para dar aos outros a vitória... é no conflito das forças opostas que a ciência procura a ordem e o equilíbrio: a guerra perpétua é, segundo ela, o único meio de obter a paz; essa guerra chama-se concorrência (2004, p.37).

O mundo do capitalismo ocidental se serviu dessa política econômica baseada em um Estado mínimo, até a eclosão da segunda Guerra Mundial (1945), acontecimento que intensificou a forte crise econômica iniciada na depressão financeira de 1929, entre outros fatores de ordem produtiva, desencadeou um déficit na economia das grandes potências capitalistas e nações aliadas. O momento exigia mudanças para o restabelecimento econômico dos referidos países, fez-se necessária uma postura intervencionista por parte do Estado. Assim, inaugura-se mais um movimento cíclico do capital em busca da retomada de sua expansão, como medida, segundo Perry Anderson (1995), adota-se a teoria do economista inglês John Maynard Keynes que defendia a intervenção estatal para a recomposição da estabilidade no setor financeiro. De fato, a referida posição foi assumida por grande parte dos Estados em crise, implementando-se o keynesianismo.

Diante dessa nova perspectiva, o Estado foi mais uma vez utilizado como meio para assegurar o domínio do capital. A intervenção na economia constituiu-se como uma maneira de sustentar os interesses da propriedade privada com fundos públicos, o fortalecimento estatal favoreceu de forma indiscriminada a acumulação capitalista que implementou sensivelmente as forças produtivas. Fato este que mais tarde deu origem a uma nova *revolução tecnológica*. O keynesianismo é assim, considerado por Chesnais (1996), como a *idade de ouro* do capitalismo, pois se efetivou como uma fase de notório crescimento e recuperação dos lucros; acrescenta esse o autor:

Alguns dos elementos constitutivos dessa fase remontam aos anos 20, mas ela nasce verdadeiramente das relações políticas (nacionais e internacionais) e das instituições (sindicatos fortes, Estado social) constituídas ao fim da Segunda Guerra Mundial (p.14).

Percebe-se, então, que o relativo “conforto social” proporcionado pela teoria de Keynes, instalada essencialmente nas potências capitalistas da Europa, não se tratava

de uma “dádiva premiada” da nova fase capitalista. Pelo contrário, foi à forma encontrada para combater a crise de superprodução e o forte movimento operário estimulado por interesses socialistas. Esse ciclo capitalista constituiu-se, segundo Antunes, como mais um período expansionista do capital, ocorrido logo após um intervalo de crise. Assim o foi, algumas décadas marcadas por um promissor crescimento econômico (recuperação dos lucros), que favoreceram o avanço das forças produtivas capitalistas. Porém, contribui Antunes (2003): “Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico” (p. 29).

Referido quadro, ainda com base em Antunes, foi início de uma crise capitalista bem diferente das demais. Para esse autor os elementos centrais foram: a queda da taxa de lucros, que entre outros fatores, foi ocasionada por aumentos salariais, conquistados através de lutas sociais; o esgotamento do modo de produção taylorista/fordista, ocasionado por uma drástica redução do consumo que, por sua vez, era resultado direto do desemprego estrutural⁹; o gradativo crescimento da *esfera financeira*, que começou a ganhar espaço em detrimento do capital produtivo (em crise), abrindo espaço prioritário para o capital especulativo, implementando uma fase de internacionalização; e, por fim, adicionando-se a esses elementos uma notória expansão tecnológica, a completa desregulamentação do mercado, a flexibilização produtiva, dentre outros fatores, inaugurou-se a considerada *crise estrutural do capital*. (Ver Antunes, 2003: 30)

Em resposta, a essa crise que vai além da conjuntura e que abala estruturalmente o modo de produção capitalista, revelando aspectos destrutivos e imensamente contraditórios, deu-se início, segundo Antunes (2003) a:

(...) um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes, foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (p. 31).

Ou seja, restringiu-se o tamanho do Estado, achatando com ele os investimentos sociais na tentativa de repor a expansão dos lucros de interesses privados. Temos então, o advento do neoliberalismo – uma política econômica que se baseia em um Estado mínimo (DALAROSA, 2001) – fato que

nos remete, em alguns aspectos, ao liberalismo clássico do século XVIII. Na verdade, segundo Perry Anderson (1994), as teses neoliberais já vêm sendo discutidas desde o período de “glória” capitalista propiciada pelo keynesianismo. De acordo com esse autor:

Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (1995, p. 09).

É nesse contexto de crise política e econômica, vivenciado pela versão brasileira do neoliberalismo, que nos deslocaremos de um aspecto geral para elementos mais específicos. No tópico seguinte, discutiremos, de forma inicial, o impacto do neoliberalismo no setor educacional. O objetivo é apresentar dados peculiares, revelados em nossa realidade que possam exemplificar os aspectos teóricos até aqui discutidos.

Políticas Neoliberais de Educação sob a Lógica do capital na Década de 90

Os novos processos sociais decorrentes da reorganização do capitalismo em escala mundial e mais especificamente da doutrina neoliberal, trouxeram implicações significativas para a organização socioeconômica e política em nosso país, notadamente, para a educação. Evidentemente a estratégia neoliberal de conquista hegemônica tem no campo educacional um lugar privilegiado. Para Sousa (1995) “o que está em jogo não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas econômica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social” (p.13). Frigotto (2003) corroborando com essa idéia afirma:

Os efeitos do economicismo na política educacional reforçado pela ideologia do regime militar, se expressaram, negativamente, de várias formas: pelo desmantelamento da escola pública e reforço da educação como “negócio”; pelo dualismo que materializava uma quantidade e qualidade de serviços educacionais diversos para as classes trabalhadoras e classe dominante; pelo tecnicismo e fragmen-

tação que diluíram e esmaeceram o processo de conhecimento; pela proletarianização do magistério público etc. (p. 19).

Dentre os diversos aspectos observados na sociedade contemporânea diante da subordinação da educação a lógica privada do capital, merece destaque à tese do Estado Mínimo trazendo a regulação da educação pelo mercado. A intenção é tomar as escolas como um mercado para os produtos da cultura de massa e utilizá-la ainda como um canal de transmissão da doutrina liberal, conforme mencionado por Silva¹⁰ (1995) quando afirma que tal fato se evidencia na utilização de escolas estatais como mercado para produtos didáticos e paradidáticos.

É relevante mencionar na perspectiva neoliberal ou neoconservadora de educação sua intenção de ajustar o processo educativo às necessidades do atual padrão de acumulação capitalista. Tal fato traz no plano teórico as categorias sociedade do conhecimento, qualidade total, flexibilidade, participação, formação abstrata e polivalente, utilizadas para expressar a proposta de educação demandada pelo capital. Conforme ressalta Silva (1995) a chamada Gestão da Qualidade Total (GQT) em educação é um exemplo claro de que a estratégia neoliberal na educação, não se contenta apenas em orientar a educação institucionalizada para as necessidades da indústria e do mercado, mas que tentará reorganizar a própria escola.

Frigotto (1995) destaca o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização Internacional do Trabalho – OIT e organismo regionais e nacionais a eles vinculados como os grandes mentores de uma veiculação de novos ideais capitalistas que trazem em seus objetivos a proposta de valorização da educação básica geral para formar trabalhadores “com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos (p. 42)”.

Assim, considerando o atual estágio da sociedade capitalista e a relação da educação com a produção material e com a produção ideológica, torna-se imperativo compreender que direcionamentos isso traz para as políticas educacionais. Dessa forma, como explicitado por Frigotto (2003):

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Tra-

ta-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (p. 26).

Nesse sentido, ao situarmos esse momento histórico em que se impõem as idéias neoliberais nos diversos âmbitos da sociedade, notadamente no cenário educativo, com medidas de adequação do ensino ao atendimento das necessidades do mercado e exigências elevação do nível de escolarização, faz-se mister refletir sobre os modelos de políticas públicas de educação que vêm sendo implementadas, considerando a educação em sua imbricação com o capitalismo.

Considerações Finais

A freqüente necessidade de atendimento as demandas da produção se concretiza nos esforços para que se criem, na sociedade contemporânea, modalidades de educação destinadas a atender as exigências do mercado. Assim, verifica-se a implementação de propostas como a Educação de Jovens e Adultos – EJA, com o propósito de elevar a escolarização dos trabalhadores. A crescente oferta de cursos para o segmento social que precocemente abandonou a escola, é um exemplo da forma diferenciada do trabalhador exercer o seu direito à educação em nossa sociedade. Como afirma Santos (2005) a dualidade do ensino,

configurada em uma escola profissionalizante para as classes populares e uma escola propedêutica para a elite volta à cena, trazendo na bagagem um distanciamento maior das possibilidades de educação de qualidade para os filhos de trabalhadores (p. 10).

Tal fato evidencia a existência de um modelo de educação que contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, numa espécie de reposição do dualismo estrutural da sociedade capitalista que reproduz a divisão de classe. Como explicitado por Gramsci (1978:118) a divisão da escola em clássica e profissional foi um esquema racional que destinou a escola profissional às “classes instrumentais”, e a clássica para as classes dominantes e intelectuais.

Com efeito, percebe-se que historicamente o dualismo educacional sempre esteve presente nos processos de escolarização da classe trabalhadora. A civilização moderna é um exemplo disso, quando com o desenvolvimento da indústria, instala-se a separação entre o ensino intelectual e o técnico.

Dentre as alternativas pensadas pelo projeto político neoliberal que precariza cada vez mais, do ponto de vista qualitativo, a educação do povo trabalhador, figura o programa de Alfabetização Solidária que atua desde 1997 nos municípios brasileiros que apresentam os maiores índices de analfabetismo. Este programa divulga ter como missão a ampliação da oferta de educação para os jovens e adultos analfabetos, afirmando ainda ser essa ação imprescindível para a inversão dos indicadores sociais no Brasil e no mundo (www.fe.usp.br). Nas mais recentes propostas políticas de educação que se propõem a elevar o nível de escolarização das grandes massas, situa-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem, lançado pelo Governo Federal em novembro de 2005.

Ao considerarmos o Projovem em seu aspecto político compensatório, situado no quadro das Políticas Neoliberais, pode-se afirmar que este, enquanto proposta de educação aligeirada – de ensino fundamental e “qualificação” profissional em apenas 01 (um) ano, aliado a uma experiência de ação comunitária – revela aspectos que sinalizam a existência de uma proposta política de educação para a juventude que legitima as formas de rebaixamento da qualificação do trabalhador.

Dessa forma, a relevância de tais questionamentos se justifica pelo fato de se buscar uma análise das presentes formas de escolarização que são ofertadas na contemporaneidade através de programas, projetos e propostas de política pública que se efetivam como experiências de educação no Brasil. Portanto, este artigo expressa uma preocupação com a oferta diferenciada de educação para a classe trabalhadora que se evidencia na sociedade contemporânea, como um reflexo da divisão de classes sociais na educação. Que modelo de educação é destinado aos trabalhadores em nossa sociedade?

O esforço teórico desse estudo se justifica, então, pela necessidade de se discutir as políticas públicas de educação de forma a evitar que se perpetue um processo cada vez mais freqüente de rebaixamento da educação dos trabalhadores. Assim, considerando que as atuais propostas de políticas públicas de educação refletem um modelo de escolarização que contribui para perpetuação das desigualdades de classe, questionamos: que política pública dará conta de uma educação que verdadeiramente contribua para a emancipação humana e que possa contribuir para uma transformação social?

Referências Bibliográficas

- BRASIL, **Lei nº 9.394 de 02 de dezembro de 1996.**
- BRASIL, Decreto nº 2208/97.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.** 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 5ª edição. Boitempo Editorial: 2003.
- CIAVATTA, Maria. **Mediações do Mundo do Trabalho: a fotografia como fonte histórica,** 2002.
- CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá .1ª edição em português, São Paulo SP : Xamã, 1996.
- DALAROSA, Adair Ângelo. **Globalização, Neoliberalismo e a Questão da Transversalidade.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2001. – (coleção educação contemporânea)
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 3ª edição, São Paulo SP: Cortez, 1999.
- GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GENTILLI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas.** 2ª edição. Vozes. Petrópolis, 1995.
- KOBER, Claudia Mattos. **Qualificação Profissional – Uma Tarefa de Sísifo.** Campinas SP: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).
- MARX, Karl . **Manuscritos Econômico-filosóficos.** Tradução de Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital – Volume I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 4ª edição, 1890, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A.
- MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** Boitempo Editora. 2003.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (organizadores) – ANDERSON, Perry; OLIVEIRA, Francisco. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Vários autores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Deribaldo. **A Problemática Histórica do Dualismo Educacional: uma discussão necessária sobre o caráter de classe de educação profissional.** S/D [Mimeo].
- SILVA, Tomaz Tadeu. **A “Nova” Direita e as Transformações na Pedagogia da Política e na Política da Pedagogia.** In: Gentilli, Pablo A. A. Silva, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas.** 2ª edição. Vozes. Petrópolis, 1995.

NOTAS

¹ Este escrito foi elaborado a partir dos estudos e pesquisas efetivadas no LABOR – Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Qualificação Profissional – sendo os autores citados integrantes do mesmo.

² Assistente Social/UECE, mestranda em Educação Brasileira (UFC), bolsista do CNPq; gardenialustosa@yahoo.com.br.

³ Pedagoga, mestranda em Educação Brasileira (UFC), bolsista da FUNCAP; tanciasamb@yahoo.com.br.

⁴ Doutor em Educação Brasileira (UFC), Coordenador do Núcleo Trabalho e Educação e do LABOR; enneas_arrais@hotmail.com.

⁵ Pedagoga, doutoranda em Educação Brasileira (UFC), Pedagoga do CEFET-CE; elengomes@bol.com.br;

⁶ Pedagoga, Mestre em Educação brasileira (UFC), Pedagoga do CEFET-CE; antonia@cefetece.br.

⁷ Nota de esclarecimento: o desemprego constitui-se atualmente como um fenômeno estrutural, por estar relacionado à eliminação da participação direta do trabalhador na produção em detrimento da utilização de máquinas “inteligentes” (autômatas). Sendo também o capitalismo atingido em essência uma vez que a atual crise enfrentada estremece as bases da sociedade produtora de mercadorias, segundo estudiosos marxistas da atualidade (como Mészáros).

⁸ A Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação oferecida a quem haja concluído o ensino médio (LDB, 1998), tem caráter eminentemente operacional (produtivo) que se diferencia do aspecto acadêmico (pesquisa), é mais direcionada para o saber fazer e norteadas no sentido de capacitar tecnólogos para o mercado de trabalho.

⁹ Índice de desemprego ocasionado pela perda de centralidade do trabalhador no ato laborativo, em virtude da expansão tecnológica, sob a égide capitalista. Fenômeno diferenciado dos índices de desempregados em outras fases de expansão do capital, por parecer irreversível e, portanto, de caráter estrutural, diante da nova organização social do trabalho.

¹⁰ Referido autor afirma ainda que essa tendência se expressa também nas operações de fundações como a Fundação Victor Civita e a Fundação Roberto Marinho, ligando educação e mercado. Outro exemplo citado é no campo da informática, pois as escolas servem como forma de expansão e de lucros para a comercialização de produtos da indústria da informática.